

Deficientes físicos organizam pressão sobre Constituinte

Belo Horizonte — Deficientes físicos de todo o país se concentrarão em Brasília em fevereiro, quando se instalará a Constituinte, para sensibilizar os deputados e senadores a incluírem um capítulo na nova Constituição definindo os direitos das pessoas deficientes e os deveres do estado para com eles. A decisão foi tomada na 1ª Reunião Nacional de Coordenadorias e Conselhos Estaduais e Municipais de Apoio ao Deficiente, que terminou domingo em Belo Horizonte e aprovou também um documento que será entregue aos constituintes.

Este documento, que ficará pronto nos próximos dias, estabelece como reivindicações principais dos deficientes físicos o seu atendimento em serviços médicos de reabilitação e o acesso ao mercado de trabalho, segundo revelou o coordenador da Coordenadoria de Apoio ao Deficiente de Minas, Luiz Geraldo de Mattos. Apenas 1% dos deficientes brasileiros, estimados em 14 milhões, recebe algum tipo de atendimento — disse ele —, e 70% deles podem ser facilmente absorvidos pelo mercado de trabalho. Grande parte dos outros 30%, segundo ele, pode desenvolver algum tipo de atividade produtiva.

Credibilidade

Segundo Luiz Mattos, a participação dos deficientes no mercado de trabalho sofre dois tipos de restrições: o desconhecimento do seu potencial de trabalho pela comunidade e as limitações tecnológicas. Afirmou que não existem atividades mais compatíveis do que outras com as possibilidades dos deficientes.

— Uma mesa de PABX, por exemplo, é inacessível a um cego, porque funciona através de sinais luminosos. Mas, basta que ela seja adaptada para sinais sonoros, para que o cego possa usá-la. O que é preciso é que o deficiente seja tratado com mais credibilidade pela sociedade — explicou Luiz Mattos, que perdeu uma vista num acidente, aos nove anos, e a outra, com glaucoma, aos 12, mas estudou no Instituto São Rafael, chegando a terminar o curso superior de Direito.

Quanto à educação, aliás, a reunião também aprovou uma orientação de que as crianças deficientes estudem em escolas normais, sem serem segregadas em escolas especiais. Luiz Mattos aponta experiências desse tipo em Minas que estão dando certo, nas quais os deficientes contam com um centro de apoio para auxiliar a sua adaptação à escola. As escolas especiais, argumenta, além de segregarem os deficientes, prejudicando o seu desenvolvimento, atendem a poucos alunos e exigem deslocamentos difíceis, principalmente pelos mais pobres.

O coordenador revelou que todas as coordenadorias e conselhos de apoio aos deficientes existentes no país estão colaborando com a Coordenadoria Nacional de Integração do Deficiente, criada no mês passado pelo presidente Sarney, na elaboração de uma política que integre os esforços dos diversos órgãos públicos para facilitar a vida do deficiente.

— O trem metropolitano de Belo Horizonte foi projetado com elevadores, para permitir o acesso dos paraplégicos, em cadeiras de rodas. Mas faltaram recursos para a compra dos elevadores, e os paraplégicos não o estão podendo usar — disse Luiz Mattos, para exemplificar o descaso com que são tratados os deficientes pelos órgãos públicos.